



PLATAFORMA SUPRA CONCELHIA DO BAIXO ALENTEJO

ACTA NÚMERO DOIS

Aos 15 dias do mês de Março de 2007, reuniu nas instalações cedidas pelo Instituto Português da Juventude – Delegação de Beja, às 15 horas, depois de concedida a tolerância máxima de trinta minutos, a Plataforma Supraconcelhia do Baixo Alentejo, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto um: Aprovação da acta da reunião anterior;

Ponto dois: Proposta de adesão de novos parceiros à Plataforma Supraconcelhia;

Ponto três: Apresentação de indicadores sociais dos concelhos que integram esta estrutura Supraconcelhia;

Ponto quatro: Proposta de instrumentos de planeamento, monitorização e informação;

Ponto cinco: Outros assuntos;

Estiveram presentes as seguintes entidades:

- Centro Distrital de Segurança Social de Beja, representado pelo Director, José Guerra.
- Governo Civil de Beja, representado pelo Governador Civil
- Direcção Regional de Educação do Alentejo, representada pelo Director Adjunto, Carlos Calhau.
- Delegação do Alentejo do Instituto da Droga e Toxicoddependência, representada pelo Sub-Delegado, Diniz Cortes.
- Delegação de Beja do Instituto Português da Juventude, representada pelo Delegado, Arlindo Costa.
- Administração Regional de Saúde do Alentejo, representada pela Vogal do Conselho de Administração, M^a Conceição Margalha
- Conselho Local de Acção Social de Almodôvar, representado pela Vereadora da Câmara Municipal, Sílvia Batista.



- Conselho Local de Acção Social de Beja, representado pelo Vereador da Câmara Municipal, Miguel Ramalho.
- Conselho Local de Acção Social de Cuba, representado pelo Vereador da Câmara Municipal, Francisco Pólvora.
- Conselho Local de Acção Social de Ferreira do Alentejo, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Aníbal Costa.
- Conselho Local de Acção Social de Moura, representado pela Vereadora da Câmara Municipal, Maria José Silva.
- Conselho Local de Acção Social de Ourique, representado pela Vereadora da Câmara Municipal, Florbela Coelho Martins.
- Conselho Local de Acção Social de Alvito, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, João Paulo Trindade.
- Conselho Local de Acção Social de Mértola, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Jorge Pulido Valente.
- Conselho Local de Acção Social de Serpa, representado pelo Vereador da Câmara Municipal, José Sesinando.
- Conselho Local de Acção Social de Barrancos, representado pelo Chefe de Divisão de Acção sócio-cultural, Jacinto Saramago (suplente)
- Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade, representada por José Quirino.
- União das Misericórdias Portuguesas, representada pela Presidente do Secretariado, M^a Ana Palma Pires.
- NERBE/AEBAL, representado pela adjunta da Direcção, Mariana Carveiras.
- Rede Europeia Anti-Pobreza, representada por Anselmo Prudêncio.

Não compareceram neste plenário, tendo justificado a sua ausência, os representantes das seguintes entidades convidadas: Instituto do Emprego e Formação Profissional, Conselho Local de Acção Social de Aljustrel, Conselho Local de Acção Social de Barrancos; Conselho Local de Acção Social de Castro Verde; Conselho Local de Acção Social de Vidigueira; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Alentejo, União Geral dos Trabalhadores, União dos Sindicatos do Distrito de Beja.



Estiveram também presentes nesta reunião os seguintes técnicos: Amável Candeias, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Alentejo, Alice Lança da Câmara Municipal de Aljustrel; Celina Nobre da Câmara Municipal de Castro Verde; Maria José Gamito da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo; Dina Cavaco da Câmara Municipal de Almodôvar; Ana Braz da Câmara Municipal de Cuba; Sara Romão da Câmara Municipal de Serpa; Sandra Baião da Câmara Municipal da Vidigueira; Fátima Marques e Joaquina Montinhos do Centro Distrital de Segurança Social de Beja, Sofia Rasgado dos Serviços Centrais do Instituto de Segurança Social.

Declarada aberta a sessão, esta foi coordenada pelo Director do Centro Distrital de Segurança Social de Beja e foram tratados os assuntos constantes na Ordem de Trabalhos, cujo registo a seguir se apresenta:

Ponto um:

O Sr. Director do Centro Distrital de Segurança Social colocou à votação a acta da reunião anterior, tendo sido deliberado por todos os representantes das instituições presentes a sua aprovação com a introdução das seguintes alterações:

Acrescentar ao ponto 1 a presença dos técnicos: Vera Trigo da Câmara Municipal de Serpa e Dina Cavaco da Câmara de Almodôvar.

Ponto dois:

O Sr. Director do Centro Distrital de Segurança Social colocou à consideração dos parceiros a proposta de adesão à Plataforma Supraconcelhia do Baixo Alentejo enviada no dia 5 de Fevereiro/07 pela Associação para a Inovação e Desenvolvimento Integrado do Alentejo “ Ideia Alentejo.

Foi deliberada a sua aprovação por unanimidade.

Ponto três:



Foram apresentados pelo Director do Centro Distrital de Segurança Social, alguns indicadores sociais relativos ao território da Plataforma, nomeadamente: demográficos, estruturas familiares, escolarização, emprego, deficiência, protecção social e saúde.

Ponto quatro:

Foi apresentado pelo Sr. Director do Centro Distrital de Segurança Social uma proposta de instrumentos de planeamento, monitorização e informação a adoptar no âmbito da PSCBA. A proposta assenta em cinco princípios fundamentais: harmonização dos diferentes instrumentos de planeamento, simplificação, quantificação das medidas, equilíbrio entre prioridades nacionais e especificidades locais, abordagem intersectorial.

A proposta integra um Sistema Integrado de Indicadores Sociais para a caracterização do território, que deve ser consensualizado entre os parceiros. Compete à Segurança Social recolher e sistematizar os dados e disponibilizá-los à Plataforma de uma forma actualizada e sistemática.

A estrutura de relatório do PDS, quer da PSCBA quer dos CLAS, deve ser simples e sistematizada. Propõem-se 3 pontos principais:

1. Riscos: identifica e caracteriza resumidamente as principais problemáticas do território.
2. Prioridades: sistematiza as prioridades de acção, as medidas, as metas, os responsáveis, a calendarização e os instrumentos de financiamento.
3. Anexos: integra toda a informação relevante com interesse para o conhecimento específico do território – indicadores sociais, análises swot, estudos específicos, etc.

A monitorização da evolução da execução das metas, serão responsabilidade da Segurança Social, com o apoio dos restantes parceiros. A recolha dos dados será trimestral e destina-se a ser apresentada em todas as reuniões da Plataforma.



Enquanto instrumentos de informação e comunicação foi proposta a criação de uma página de Internet para a PSCBA. Destacou-se também o papel da Newsletter ISS INFORM@ e das reuniões da Plataforma para esta função de comunicação.

É importante que, progressivamente, todos os concelhos ajustem os Planos de Desenvolvimento Social a esta nova estrutura, no sentido existir uma sincronização entre estes instrumentos de planeamento e o Plano Nacional de Acção para a Inclusão – 2006/2008. Foi proposto que a Plataforma tentasse apreciar e aprovar uma proposta de PDS distrital na próxima reunião a realizar em Junho. Será posteriormente definido um prazo para que os CLAS adaptem o seu PDS a esta proposta.

Foi deliberado a aprovação por unanimidade, da proposta de instrumentos de planeamento, monitorização e informação. Considerou-se da máxima importância agendar uma reunião de trabalho com os técnicos da Rede Social de todos os concelhos, para em conjunto se analisarem aspectos mais específicos desta proposta.

Ponto cinco:

No âmbito do Programa de Alargamento de Rede de Equipamentos Sociais, por proposta do CLAS de Mértola, considerou-se que a PSCBA deveria apresentar uma proposta de alteração dos critérios, de forma a privilegiar os territórios mais desfavorecidos. Atribuiu-se aos CLAS de Mértola, Beja e Castro Verde, a responsabilidade de apresentarem na próxima reunião da Plataforma uma proposta que possa ser apreciada pelos parceiros.

O representante do Instituto da Droga e da Toxicodependência propôs apresentar na próxima reunião da PSCBA o Plano Regional da Toxicodependência.

Não havendo mais nada a tratar, foi dada por encerrada a sessão e para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada.